



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO FEDERAL DOS TÉCNICOS AGRÍCOLAS - CFTA

Ofício CFTA nº 059/2021

Brasília/DF, 21 de junho de 2021.

Ao Senhor

ROGÉRIO SIMONETTI MARINHO

**MINISTRO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL (MDR) E PRESIDENTE DO
CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS (CNRH)
BRASÍLIA/DF**

Senhor Ministro,

1. Ao cumprimentá-lo cordialmente, o **CONSELHO FEDERAL DOS TÉCNICOS AGRÍCOLAS (CFTA)**, autarquia criada pela Lei Federal nº 13.639, de 26 de março de 2018, e que tem a função de orientar, disciplinar e fiscalizar o exercício profissional dos técnicos agrícolas, vem, por seu presidente, tratar do assunto a seguir exposto.

2. Desde o dia 18 de fevereiro do ano de 2020 os profissionais técnicos agrícolas migraram da estrutura fiscalizatória dos *Conselhos Federal e Regionais de Engenharia e Agronomia (CONFEA/CREAs)* para este Conselho Federal, o **CFTA**.

3. À época em que estiveram sob a tutela fiscalizatória dos CREAs, os técnicos agrícolas sempre desempenharam, sem quaisquer obstáculos, suas atividades na área de recursos hídricos.

4. Hoje, porém, por conta do fato de estarem registrados no CFTA, os técnicos agrícolas estão sendo prejudicados pela atual redação do parágrafo único do artigo 16 da Resolução CNRH nº 16, de 08/05/2001, que, de modo obsoleto, permanece fazendo



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO FEDERAL DOS TÉCNICOS AGRÍCOLAS - CFTA

referência exclusiva ao CREA como conselho profissional ao qual o profissional deve estar registrado para poder exercer as suas atividades.

(Redação atual)

Art. 16. O requerimento de outorga, de uso de recursos hídricos será formulado por escrito, à autoridade competente e instruído com, no mínimo, as seguintes informações:

(...)

Parágrafo único. Os estudos e projetos hidráulicos, geológicos, hidrológicos e hidrogeológicos, correspondentes às atividades necessárias ao uso dos recursos hídricos, deverão ser executados sob a responsabilidade de profissional devidamente habilitado junto ao **Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia - CREA.**

5. Desta forma, **impõe-se a urgente atualização da redação dada ao dispositivo referenciado**, para que (1) ou passe a referir genericamente a expressão *“conselho de fiscalização profissional competente”*, (2) ou faça referência, também, ao Conselho Federal dos Técnicos Agrícolas (CFTA), sendo certo que qualquer uma das opções solucionará o presente problema que vem ocorrendo, **de indeferimento pelos órgãos ambientais estaduais relativamente aos projetos para uso de recursos hídricos que apresentem técnicos agrícolas como seus responsáveis.**

2

(Redação sugerida)

Art. 16. O requerimento de outorga, de uso de recursos hídricos será formulado por escrito, à autoridade competente e instruído com, no mínimo, as seguintes informações:

(...)

Parágrafo único. Os estudos e projetos hidráulicos, geológicos, hidrológicos e hidrogeológicos, correspondentes às atividades necessárias ao uso dos recursos hídricos, deverão ser executados sob a responsabilidade de profissional devidamente habilitado junto ao **conselho de fiscalização profissional competente.**

6. Requeremos a máxima celeridade possível no atendimento desta demanda, a fim de evitar que os profissionais envolvidos continuem a ser prejudicados em seu exercício profissional. Como medida imediata, solicitamos ainda que os órgãos



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO FEDERAL DOS TÉCNICOS AGRÍCOLAS - CFTA

ambientais estaduais sejam devidamente notificados a respeito desta problemática, para que se abstenham, com base no dispositivo mencionado, de indeferir projetos elaborados por profissionais técnicos agrícolas.

7. Colocamo-nos à disposição para prestar qualquer esclarecimento adicional que se faça necessário.

Atenciosamente,

MÁRIO LIMBERGER
PRESIDENTE
(assinado digitalmente)



Ministério do Desenvolvimento Regional
Secretaria Nacional de Segurança Hídrica
Departamento de Recursos Hídricos e Revitalização de Bacias Hidrográficas
Coordenação-Geral de Gestão dos Recursos Hídricos

Nota Técnica nº 22/2021/CGRH/DRHB/SNSH-MDR

PROCESSO Nº 59000.011944/2021-98

1. ASSUNTO

1.1. Resposta ao Ofício Nº CFTA nº 059/2021 (3217857) sobre a alteração de conselho de classe dos Técnicos Agrícolas e relação com a Resolução CNRH nº 16/2001.

2. REFERÊNCIAS

2.1. Nota Informativa 11 (3224528);

2.2. Ofício Nº CFTA nº 059/2021 (3217857);

2.3. [Decreto nº 10.000, de 3 de setembro de 2019](#), que dispõe sobre o Conselho Nacional de Recursos Hídricos;

2.4. [Resolução CNRH nº 215, de 30 de junho de 2020](#), que aprova o Regimento Interno do Conselho Nacional de Recursos Hídricos;

2.5. [Resolução CNRH nº 16, de 8 de maio de 2001](#), que define diretrizes gerais para a outorga de direito de uso de recursos hídricos;

2.6. [Lei Federal nº 13.639, de 26 de março de 2018](#), que cria o Conselho Federal dos Técnicos Industriais, o Conselho Federal dos Técnicos Agrícolas, os Conselhos Regionais dos Técnicos Industriais e os Conselhos Regionais dos Técnicos Agrícolas.

3. SUMÁRIO EXECUTIVO

3.1. Trata-se de alternativa mais célere para a resposta ao Ofício Nº CFTA nº 059/2021 (3217857) sobre a alteração de conselho de classe dos Técnicos Agrícolas em relação ao parágrafo único do art. 16 da Resolução CNRH nº 16/2001. Esta Nota Técnica complementa a informação prestada na Nota Informativa 11 (3224528), colocando como possibilidade regimental a edição de ato Ad Referendum do CNRH, conforme disposto no § 5º do art. 6º do Decreto nº 10.000, de 3 de setembro de 2019.

4. ANÁLISE

1. Trata-se do Ofício CFTA nº 059/2021, encaminhado ao Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH) pelo Conselho Federal dos Técnicos Agrícolas (CFTA), autarquia criada pela [Lei Federal nº 13.639, de 26 de março de 2018](#), e que tem a função de orientar, disciplinar e fiscalizar o exercício profissional dos técnicos agrícolas.

2. Em complementação às informações apresentadas na Nota Informativa 11 (3224528), visando dar maior celeridade para a resolução do

problema apresentado pelo Conselho Federal de Técnicos Agrícolas, especificamente em relação ao indeferimento, pelos órgãos gestores estaduais de recursos hídricos, aos projetos de outorga de recursos hídricos que apresentem técnicos agrícolas como seus responsáveis técnicos, trazendo prejuízos para estes profissionais, apresentamos como alternativa mais célere a edição de Resolução ad referendum do CNRH, em consonância com as competências que são conferidas ao Presidente do CNRH pelo [Decreto nº 10.000, de 3 de setembro de 2019](#), disposto no § 5º do art. 6º, e na forma do seu [Regimento Interno](#).

3. Do [Decreto nº 10.000, de 3 de setembro de 2019](#), destaca-se:

"Art. 6º O Conselho Nacional de Recursos Hídricos se reunirá, em caráter ordinário, semestralmente e, em caráter extraordinário, sempre que convocado por seu Presidente ou por requerimento de um terço de seus membros.

§ 1º A convocação para a reunião ordinária será feita com antecedência de, no mínimo, trinta dias e, para a reunião extraordinária, com antecedência de, no mínimo, quinze dias.

§ 2º O quórum de reunião do Conselho Nacional de Recursos Hídricos é de maioria absoluta dos membros e o quórum de aprovação é de maioria simples.

§ 3º Em caso de empate, o Presidente do Conselho Nacional de Recursos Hídricos, ou o seu substituto, exercerá o direito do voto de qualidade.

§ 4º O Conselho Nacional de Recursos Hídricos se manifestará por meio de:

I - resolução;

II - moção; e

III - comunicação.

*§ 5º Excepcionalmente, mediante justificativa, o Presidente do Conselho Nacional de Recursos Hídricos poderá editar atos **ad referendum** do Plenário, que serão apreciados na primeira reunião subsequente à edição do ato."*

4. Do Regimento Interno do CNRH, [Resolução CNRH nº 215, de 30 de junho de 2020](#), destaca-se:

"Seção VI

Das Atribuições dos Membros do Colegiado

Art. 37. Ao Presidente do Conselho Nacional de Recursos Hídricos incumbe:

I - convocar e presidir as reuniões do Plenário, cabendo-lhe o voto de qualidade;

II - ordenar o uso da palavra durante as reuniões do Conselho;

III - submeter à votação as matérias a serem decididas pelo Plenário;

IV - manter a ordem na condução dos trabalhos, suspendendo-os sempre que necessário e advertindo os Conselheiros que descumprirem as regras de conduta e participação da reunião;

V - assinar as deliberações do Conselho e atos relativos ao seu cumprimento;

VI - submeter à apreciação do Plenário, a cada dois anos, a agenda estratégica do Conselho Nacional de Recursos Hídricos e o planejamento de sua execução;

VII - submeter à apreciação do Plenário, anualmente, o relatório das atividades do Conselho;

VIII - designar, mediante Portaria, os Conselheiros indicados por suas respectivas representações;

IX - assinar as atas aprovadas nas reuniões;

X - encaminhar ao Presidente da República as deliberações do Conselho cuja formalização dependa de ato dele;

XI - zelar pelo cumprimento das disposições deste Regimento, adotando, para este fim, as providências que se fizerem necessárias; e

XII - expedir atos ad referendum do Plenário." (grifo nosso)

5. Conforme competência expressa descrita acima, propõe-se que o Presidente do CNRH emita Resolução ad referendum, a ser referendada na próxima reunião Plenária do Conselho, atualizando o texto do parágrafo único do

art. 16 da [Resolução CNRH nº 16](#), de 08/05/2001, que, da forma como está, faz referência ao **CREA** como conselho profissional ao qual o **Técnico Agrícola não faz mais parte**, mas mantém suas competências profissionais para elaboração de projetos relativos à outorga de recursos hídricos. Desde 18 de fevereiro de 2020 estes profissionais são fiscalizados pelo **Conselho Federal de Técnicos Agrícolas**, criado pela [Lei Federal nº 13.639, de 26 de março de 2018](#).

6. A proposta mais adequada, do ponto de vista técnico e de celeridade do processo normativo, é destacada no texto abaixo, conforme apresentado na minuta de Resolução ad referendum do CNRH nº 225 (3232065):

*“Parágrafo único. Os estudos e projetos hidráulicos, geológicos, hidrológicos e hidrogeológicos, correspondentes às atividades necessárias ao uso dos recursos hídricos, deverão ser executados sob a responsabilidade de profissional devidamente habilitado **junto ao conselho de fiscalização profissional competente**”. (grifo nosso).*

7. Assim, frente à urgente necessidade de atualização do texto, não identificamos obstáculos para o atendimento do pleito da CFTA. A proposta de Resolução ad referendum do CNRH nº 225 (3232065) solucionará o presente problema de indeferimento dos projetos de outorga dos Técnicos Agrícolas, e está de acordo com o que preconiza o Decreto nº 10.000/2019 e o Regimento Interno do CNRH.

8. Caso fosse seguido o rito regimental de revisão pela Câmara Técnica de Outorga e Cobrança-CTOC/CNRH, os prejuízos aos profissionais técnicos agrícolas se estenderiam pelo prazo estimado de 5 meses, uma vez que está prevista reunião apenas para o mês de agosto/2021, pois existem outros itens de pauta em análise na ANA e em Grupo de Trabalho que necessitam de prazo para o desenvolvimento de suas atividades. Após encaminhamento da CTOC, a proposta de resolução ainda passaria pela Câmara Técnica de Assuntos Legais (CTAL) e posteriormente para a deliberação final do Plenário do CNRH.

5. CONCLUSÃO

5.1. Como demonstrado, é conveniente e oportuna a edição da Resolução ad referendum do CNRH nº 225 (3232065), conforme competência legal do Presidente do CNRH, tendo como resultado imediato após sua publicação a possibilidade de os técnicos agrícolas continuarem a apresentar projetos relacionados à outorga de uso de recursos hídricos aos órgãos gestores estaduais.

Informa-se que o tema será encaminhado para conhecimento dos membros da CTOC/CNRH, e que a Resolução CNRH nº16/2001 deverá em breve passar por uma revisão mais ampla sobre as diretrizes gerais para a outorga de direito de uso de recursos hídricos.

São estas, Sr. Diretor, os apontamentos técnicos relevantes sobre o tema.

Atenciosamente,

ANDERSON FELIPE DE MEDEIROS BEZERRA

Coordenador-Geral de Gestão de Recursos Hídricos Substituto
CGRH/DRHB/SNSH/MDR



Documento assinado eletronicamente por **Anderson Felipe Medeiros Bezerra**,



Coordenador-Geral de Gestão de Recursos Hídricos Substituto, em 30/06/2021, às 19:45, com fundamento no art. 4º, § 3º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.mi.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **3231139** e o código CRC **BBF54DC1**.

Referência: Processo nº 59000.011944/2021-98

SEI nº 3231139



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL
COORDENAÇÃO-GERAL DE ASSUNTOS ESTRATÉGICOS

ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO E, 8º ANDAR, SALA 828, BRASÍLIA/DF - CEP 70067-900 - TEL. : (61) 2034-5979/5722 - CONJUR@MDR.GOV.BR

PARECER n. 00348/2021/CONJUR-MDR/CGU/AGU

NUP: 59000.011944/2021-98

INTERESSADOS: SECEX (MDR) E OUTROS

ASSUNTOS: ATOS ADMINISTRATIVOS

EMENTA: Direito Administrativo. Ato normativo. Minuta de Resolução do CNRH que visa alterar o parágrafo único do art. 16 da Resolução CNRH nº 16, de 8 de maio 2001. Advento da Lei nº 13.639, de 26 de março de 2018, que criou o Conselho Federal dos Técnicos Industriais, o Conselho Federal dos Técnicos Agrícolas, os Conselhos Regionais dos Técnicos Industriais e os Conselhos Regionais dos Técnicos Agrícolas. Manifestação técnica favorável. Juridicidade da minuta condicionada ao cumprimento de recomendações.

I . RELATÓRIO

1. Trata-se de processo administrativo encaminhado a essa Consultoria Jurídica pela Secretaria Nacional de Segurança Hídrica-Substituto da Pasta através do Despacho SNSH s/nº de 02 de julho de 2021, para fins de assessoramento jurídico quanto ao exame da Minuta de Resolução do Conselho Nacional de Recursos Hídricos que visa alterar o parágrafo único do art. 16 da Resolução CNRH nº 16, de 8 de maio 2001 (SEI nº 3235225).

2. Constam nos autos, dentre outros documentos, constam nos autos:

- a) Nota Informativa n. 11 de 25 de junho de 2021 (SEI nº 3224528);
- b) Minuta de resolução (SEI nº 3232065);
- c) Nota Técnica nº 22/2021/CGRH/DRHB/SNSH-MDR (SEI nº 3231139); e
- d) Despacho SNHS s/nº de 02 de julho de 2021.

3. É o relatório. Passa-se a tecer as considerações jurídicas pertinentes ao tema.

II. DA ANÁLISE JURÍDICA

4. Inicialmente, cabe destacar o que dispõe a Lei Complementar n. 73/1993, que instituiu a Lei Orgânica da Advocacia-Geral da União, naquilo que trata da competência das Consultorias Jurídicas junto aos Ministérios:

Art. 11 - Às Consultorias Jurídicas, órgãos administrativamente subordinados aos Ministros de Estado, ao Secretário-Geral e aos demais titulares de Secretarias da Presidência da República e ao Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, compete, especialmente:

I - assessorar as autoridades indicadas no caput deste artigo;

(...)

V - assistir a autoridade assessorada no controle interno da legalidade administrativa dos atos a serem por ela praticados ou já efetivados, e daqueles oriundos de órgão ou entidade sob sua coordenação jurídica;

5. É mister registrar que não compete a este órgão consultivo adentrar no exame do mérito técnico, tampouco em aspectos de conveniência e oportunidade. A análise desta Consultoria restringir-se-á aos aspectos de juridicidade. É nesse sentido o enunciado nº 7 do Manual de Boas Práticas Consultivas da Advocacia Geral da União:

O Órgão Consultivo não deve emitir manifestações conclusivas sobre temas não jurídicos, tais como os técnicos, administrativos ou de conveniência ou oportunidade, sem prejuízo da possibilidade de emitir opinião ou fazer recomendações sobre tais questões, apontando tratar-se de juízo discricionário, se aplicável.

Ademais, caso adentre em questão jurídica que possa ter reflexo significativo em aspecto técnico deve apontar e esclarecer qual a situação jurídica existente que autoriza sua manifestação naquele ponto.

6. Feita a supracitada ressalva, verifica-se que a proposta de minuta de resolução ora objeto de análise foi devidamente justificada pela Diretoria de Recursos Hídricos e Revitalização de Bacias Hidrográficas, nos seguintes termos (SEI nº 3231139), *in verbis*:

(...) **4. ANÁLISE**

1. Trata-se do Ofício CFTA nº 059/2021, encaminhado ao Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH) pelo Conselho Federal dos Técnicos Agrícolas (CFTA), autarquia criada pela [Lei Federal nº 13.639, de 26 de março de 2018](#), e que tem a função de orientar, disciplinar e fiscalizar o exercício profissional dos técnicos agrícolas.

2. Em complementação às informações apresentadas na Nota Informativa 11 ([3224528](#)), visando dar maior celeridade para a resolução do problema apresentado pelo Conselho Federal de Técnicos Agrícolas, especificamente em relação ao indeferimento, pelos órgãos gestores estaduais de recursos hídricos, aos projetos de outorga de recursos hídricos que apresentem técnicos agrícolas como seus responsáveis técnicos, trazendo prejuízos para estes profissionais, apresentamos como alternativa mais célere a edição de Resolução ad referendum do CNRH, em consonância com as competências que são conferidas ao Presidente do CNRH pelo [Decreto nº 10.000, de 3 de setembro de 2019](#), disposto no § 5º do art. 6º, e na forma do seu [Regimento Interno](#).

3. Do [Decreto nº 10.000, de 3 de setembro de 2019](#), destaca-se:

"Art. 6º O Conselho Nacional de Recursos Hídricos se reunirá, em caráter ordinário, semestralmente e, em caráter extraordinário, sempre que convocado por seu Presidente ou por requerimento de um terço de seus membros.

§ 1º A convocação para a reunião ordinária será feita com antecedência de, no mínimo, trinta dias e, para a reunião extraordinária, com antecedência de, no mínimo, quinze dias.

§ 2º O quórum de reunião do Conselho Nacional de Recursos Hídricos é de maioria absoluta dos membros e o quórum de aprovação é de maioria simples.

§ 3º Em caso de empate, o Presidente do Conselho Nacional de Recursos Hídricos, ou o seu substituto, exercerá o direito do voto de qualidade.

§ 4º O Conselho Nacional de Recursos Hídricos se manifestará por meio de:

I - resolução;

II - moção; e

III - comunicação.

§ 5º Excepcionalmente, mediante justificativa, o Presidente do Conselho Nacional de Recursos Hídricos poderá editar atos ad referendum do Plenário, que serão apreciados na primeira reunião subsequente à edição do ato."

4. Do Regimento Interno do CNRH, [Resolução CNRH nº 215, de 30 de junho de 2020](#), destaca-se:

"Seção VI

Das Atribuições dos Membros do Colegiado

Art. 37. Ao Presidente do Conselho Nacional de Recursos Hídricos incumbe:

I - convocar e presidir as reuniões do Plenário, cabendo-lhe o voto de qualidade;

II - ordenar o uso da palavra durante as reuniões do Conselho;

III - submeter à votação as matérias a serem decididas pelo Plenário;

IV - manter a ordem na condução dos trabalhos, suspendendo-os sempre que necessário e advertindo os Conselheiros que descumprirem as regras de conduta e participação da reunião;

V - assinar as deliberações do Conselho e atos relativos ao seu cumprimento;

VI - submeter à apreciação do Plenário, a cada dois anos, a agenda estratégica do Conselho Nacional de Recursos Hídricos e o planejamento de sua execução;

VII - submeter à apreciação do Plenário, anualmente, o relatório das atividades do Conselho;

VIII - designar, mediante Portaria, os Conselheiros indicados por suas respectivas representações;

IX - assinar as atas aprovadas nas reuniões;

X - encaminhar ao Presidente da República as deliberações do Conselho cuja formalização dependa de ato dele;

XI - zelar pelo cumprimento das disposições deste Regimento, adotando, para este fim, as providências que se fizerem necessárias; e

XII - expedir atos ad referendum do Plenário." (grifo nosso)

5. Conforme competência expressa descrita acima, propõe-se que o Presidente do CNRH emita Resolução ad referendum, a ser referendada na próxima reunião Plenária do Conselho, atualizando o texto do parágrafo único do art. 16 d a [Resolução CNRH nº 16, de 08/05/2001](#), que, da forma como está, faz referência ao CREA como conselho profissional ao qual o Técnico Agrícola não faz mais parte, mas mantém suas competências profissionais para elaboração de projetos relativos à outorga de recursos hídricos. Desde 18 de fevereiro de 2020 estes profissionais são fiscalizados pelo Conselho Federal de Técnicos Agrícolas, criado pela [Lei Federal nº 13.639, de 26 de março de 2018](#).

6. A proposta mais adequada, do ponto de vista técnico e de celeridade do processo normativo, é destacada no texto abaixo, conforme apresentado na minuta de Resolução ad referendum do CNRH nº 225 ([3232065](#)):

"Parágrafo único. Os estudos e projetos hidráulicos, geológicos, hidrológicos e hidrogeológicos, correspondentes às atividades necessárias ao uso dos recursos hídricos, deverão ser executados sob a responsabilidade de profissional devidamente habilitado junto ao conselho de fiscalização profissional competente". (grifo nosso).

7. Assim, frente à urgente necessidade de atualização do texto, não

identificamos obstáculos para o atendimento do pleito da CFTA. A proposta de Resolução ad referendum do CNRH nº 225 (3232065) solucionará o presente problema de indeferimento dos projetos de outorga dos Técnicos Agrícolas, e está de acordo com o que preconiza o Decreto nº 10.000/2019 e o Regimento Interno do CNRH.

8. Caso fosse seguido o rito regimental de revisão pela Câmara Técnica de Outorga e Cobrança-CTOC/CNRH, os prejuízos aos profissionais técnicos agrícolas se estenderiam pelo prazo estimado de 5 meses, uma vez que está prevista reunião apenas para o mês de agosto/2021, pois existem outros itens de pauta em análise na ANA e em Grupo de Trabalho que necessitam de prazo para o desenvolvimento de suas atividades. Após encaminhamento da CTOC, a proposta de resolução ainda passaria pela Câmara Técnica de Assuntos Legais (CTAL) e posteriormente para a deliberação final do Plenário do CNRH.

5. CONCLUSÃO

5.1 Como demonstrado, é conveniente e oportuna a edição da Resolução ad referendum do CNRH nº 225 (3232065), conforme competência legal do Presidente do CNRH, tendo como resultado imediato após sua publicação a possibilidade de os técnicos agrícolas continuarem a apresentar projetos relacionados à outorga de uso de recursos hídricos aos órgãos gestores estaduais.

Informa-se que o tema será encaminhado para conhecimento dos membros da CTOC/CNRH, e que a Resolução CNRH nº16/2001 deverá em breve passar por uma revisão mais ampla sobre as diretrizes gerais para a outorga de direito de uso de recursos hídricos. (alguns grifos são do documento original).

7. Nesse sentido, constata-se que a proposta encontra guarida sobretudo nos §§ 4º, inciso I, e 5º do art. 6º do Decreto n. 10.000, de 3 de dezembro de 2019, o dispõe sobre o Conselho Nacional de Recursos Hídricos, nos quais se insere a competência do Exmo. Sr. Ministro de Estado do Desenvolvimento Regional, na qualidade de Presidente do respectivo colegiado, de editar, de forma excepcional e justificada, atos **ad referendum** do Plenário. Frise-se que, conforme bem ressaltou a SNSH nas manifestações técnicas exaradas, tal previsão também se encontra disciplinada na Resolução CNRH nº 215, de 30 de junho de 2020 (a qual aprova o seu Regimento Interno), sobretudo no seu art. 37, inciso XII.

8. Especificamente sobre o mérito da minuta de resolução ora objeto de análise (SEI nº 3232065), verifica-se que ela visa dar nova redação aos termos do parágrafo único do art. 16 da Resolução CNRH nº 16, de 8 de maio 2001. Para tanto, fora destacado o advento da Lei nº 13.639, de 26 de março de 2018, que criou o Conselho Federal dos Técnicos Industriais, o Conselho Federal dos Técnicos Agrícolas, os Conselhos Regionais dos Técnicos Industriais e os Conselhos Regionais dos Técnicos Agrícolas. Para tanto, convém destacar alguns de seus dispositivos, *litteris*:

Art. 1º São criados o Conselho Federal dos Técnicos Industriais, o Conselho Federal dos Técnicos Agrícolas, os Conselhos Regionais dos Técnicos Industriais e os Conselhos Regionais dos Técnicos Agrícolas, autarquias com autonomia administrativa e financeira e com estrutura federativa.

Art. 2º Aplica-se o disposto na alínea “c” do inciso VI do caput do art. 150 da Constituição Federal ao Conselho Federal dos Técnicos Industriais, ao Conselho Federal dos Técnicos Agrícolas, aos Conselhos Regionais dos Técnicos Industriais e aos Conselhos Regionais dos Técnicos Agrícolas.

Art. 3º Os conselhos federais e regionais de que trata esta Lei têm como função orientar, disciplinar e fiscalizar o exercício profissional das respectivas categorias.

(...) Art. 8º Compete aos conselhos federais:

I - zelar pela dignidade, pela independência, pelas prerrogativas e pela valorização do exercício profissional dos técnicos;

II - editar e alterar o regimento, o código de ética, as normas eleitorais e os provimentos que julgar necessários;

III - adotar medidas para assegurar o funcionamento regular dos conselhos regionais;

IV - intervir nos conselhos regionais quando constatada violação desta Lei ou do regimento interno do respectivo conselho;

V - homologar os regimentos internos e as prestações de contas dos conselhos regionais;

VI - firmar convênios com entidades públicas e privadas, observada a legislação aplicável;

VII - autorizar a oneração ou a alienação de bens imóveis de sua propriedade;

VIII - julgar, em grau de recurso, as questões decididas pelos conselhos regionais;

IX - inscrever empresas de técnicos industriais ou de técnicos agrícolas, conforme o caso, e profissionais estrangeiros técnicos industriais ou técnicos agrícolas, conforme o caso, que não tenham domicílio no País;

X - criar órgãos colegiados com finalidades e funções específicas;

XI - deliberar sobre assuntos administrativos e financeiros e elaborar programas de trabalho e orçamento;

XII - manter relatórios públicos de suas atividades;

XIII - representar os técnicos industriais ou os técnicos agrícolas, conforme o caso, em colegiados de órgãos da Administração Pública federal que tratem de questões do respectivo exercício profissional;

XIV - aprovar e divulgar tabelas indicativas de honorários dos técnicos industriais ou dos

técnicos agrícolas, conforme o caso;

XV - instituir e manter o Cadastro Nacional dos Técnicos Industriais ou o Cadastro Nacional dos Técnicos Agrícolas, conforme o caso;

XVI - instituir e manter o Acervo de Responsabilidade Técnica dos Técnicos Industriais ou o Acervo de Responsabilidade Técnica dos Técnicos Agrícolas, conforme o caso.

(...)

Art. 31. O Conselho Federal dos Técnicos Industriais e o Conselho Federal dos Técnicos Agrícolas detalharão, observados os limites legais e regulamentares, as áreas de atuação privativas dos técnicos industriais ou dos técnicos agrícolas, conforme o caso, e as áreas de atuação compartilhadas com outras profissões regulamentadas.

Art. 32. O Conselho Federal de Engenharia e Agronomia e os Conselhos Regionais de Engenharia e Agronomia deverão, no prazo de 90 (noventa) dias, contado da data de entrada em vigor desta Lei:

I - entregar o cadastro de profissionais de nível técnico abrangidos pela [Lei nº 5.524, de 5 de novembro de 1968](#), ao Conselho Federal dos Técnicos Industriais e ao Conselho Federal de Técnicos Agrícolas, conforme o caso;

II - depositar em conta bancária do Conselho Federal dos Técnicos Industriais ou do Conselho Federal dos Técnicos Agrícolas da circunscrição correspondente o montante de 90% (noventa por cento) da anuidade pro rata tempore recebida dos técnicos a que se refere esta Lei, em cada caso, proporcionalmente ao período restante do ano da criação do respectivo conselho;

III - entregar cópia de todo o acervo técnico dos profissionais abarcados nesta Lei.

Parágrafo único. Ressalvado o disposto no inciso II do caput deste artigo, o ativo e o passivo do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia e dos Conselhos Regionais de Engenharia e Agronomia permanecerão integralmente com eles.

Art. 33. O Conselho Federal dos Técnicos Industriais e o Conselho Federal dos Técnicos Agrícolas deverão escriturar separadamente os dados e os numerários referentes a cada ente federativo e retê-los até que o respectivo conselho regional seja instituído.

Parágrafo único. Por ocasião da instituição dos Conselhos Regionais dos Técnicos Industriais e dos Conselhos Regionais dos Técnicos Agrícolas, o respectivo conselho federal deverá repassar as informações a que se refere o caput deste artigo e transferir os recursos repassados pelo Conselho Federal de Engenharia e Agronomia e pelos Conselhos Regionais de Engenharia e Agronomia, na forma estabelecida no inciso II do caput do art. 32.

9. Portanto, pode-se concluir que a Resolução é o ato normativo (forma) adequado para o fim que se pretende, com seu motivo constando expressamente do regulamento (subsunção vertical). Ademais, foi indicada a autoridade para a assinatura do ato – o Presidente do CNRH, competente para tanto nos termos da legislação supratranscrita.

10. A Resolução, no sentido aqui empregado, tem a natureza jurídica de ato administrativo normativo que visa à correta aplicação da lei, expressando em minúcia o mandamento abstrato legal, com a mesma normatividade da regra legislativa. Em se tratando de elaboração de ato normativo há de se ressaltar que, não só as normas constitucionais são de observância obrigatória, mas também a Lei Complementar n. 95/1998, bem como o Decreto n. 9.191/2017, que em que pese ter como destinatário normas a serem exaradas pela Presidência da República, estabelece diretrizes claras e universais para a elaboração de atos normativos.

11. Nesse diapasão, verifica-se que, em linhas gerais e do ponto de vista estritamente jurídico, a Nota Técnica nº 22/2021/CGRH/DRHB/SNSH-MDR (SEI nº 3231139) atende ao disposto no art. 32 do Decreto n. 9.191/2017.

12. Como dito, o instrumento normativo pretende dar nova redação aos termos do parágrafo único do art. 16 da Resolução CNRH nº 16, de 8 de maio 2001, de forma a prever que a realização de estudos e projetos hidráulicos, geológicos, hidrológicos e hidrogeológicos, correspondentes às atividades necessárias ao uso dos recursos hídricos, deverão ser executados sob a responsabilidade de profissional devidamente habilitado junto **ao conselho de fiscalização profissional competente**. Disso decorre, *a priori*, que a Resolução em análise não trará por si qualquer impacto orçamentário.

13. Contudo, para fins de adequada complementação da instrução processual e em atenção aos termos do art. 32, inciso V, do Decreto n. 9.191/2017, deve ser atestado nos autos que a proposta em tela não implica em renúncia de receita, criação, aperfeiçoamento ou expansão da ação governamental, ou aumento de despesas.

14. Relativamente à constitucionalidade material, não se vislumbram obstáculos ao acolhimento da Minuta de Resolução no ordenamento jurídico pátrio, uma vez que seu conteúdo não viola disposições explícitas da Constituição, nem vertentes dos princípios da isonomia e da proporcionalidade (adequação e necessidade).

15. **Em que pese a higidez jurídica da minuta acostada sob o SEI nº 3232065, verifica-se que não há a sua respectiva aprovação por parte do Sr. Secretário Nacional de Segurança Hídrica (Secretário-Executivo do CNRH), no despacho de encaminhamento dos autos a esta Consultoria (SEI nº 3235225). Recomenda-se essa aprovação expressa antes de remeter-se os autos ao Gabinete do Exmo. Ministro de Estado.**

16. Além disso, alerta-se quanto à necessidade de observância do rito procedimental previsto no 5º do art. 6º do Decreto n. 10.000/19, o qual é expresso em atestar que "o Presidente do Conselho

17. Por fim, não há vícios de juridicidade e legalidade a serem reparados, pois a minuta de resolução está adequada aos termos do Decreto n. 10.000/2019. No que diz respeito à técnica legislativa empregada, verifica-se que ela está de acordo com as regras da Lei Complementar n. 95/1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, bem como do Decreto n. 9.191/2017, que estabelece normas e diretrizes para a elaboração, a redação, a alteração, a consolidação e o encaminhamento ao Presidente da República de projetos de atos normativos de competência dos órgãos do Poder Executivo Federal.

III - CONCLUSÃO

18. Ante o exposto, examinando exclusivamente os aspectos jurídico-formais e, portanto, sem qualquer incursão na seara técnica ou no exame da conveniência e oportunidade da edição do respectivo ato, opina-se pela viabilidade jurídica da minuta de Resolução acostada sob o SEI nº 3232065, desde que prévia e adequadamente atendidas as recomendações constantes dos itens 13, 15 e 16 deste Parecer.

19. À Coordenação de Apoio Técnico e Administrativo para fins de restituição dos autos à Secretaria de Nacional de Segurança Hídrica, **em caráter de urgência.**

Brasília, 14 de julho de 2021.

MARCELO EDUARDO MELO BARRETO

ADVOGADO DA UNIÃO

CONSULTOR JURÍDICO-SUBSTITUTO

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <http://sapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 59000011944202198 e da chave de acesso de884732

Documento assinado eletronicamente por MARCELO EDUARDO MELO BARRETO, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 671502082 no endereço eletrônico <http://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): MARCELO EDUARDO MELO BARRETO. Data e Hora: 15-07-2021 17:43. Número de Série: 49906031787313044759976516647. Emissor: Autoridade Certificadora SERPRORFBv5.



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Secretaria Executiva

Nota Informativa nº 124 de 21 de julho de 2021.

Senhor Secretário-Executivo,

1. Trata-se de proposta de edição, pelo Senhor Ministro de Estado do Desenvolvimento Regional, de Resolução *ad referendum* do Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH) nº 225 (3232065), que altera o parágrafo único do art. 16 da [Resolução CNRH nº 16, de 8 de maio 2001](#).

2. Inicialmente, cabe esclarecer que o CNRH é um órgão colegiado, consultivo e deliberativo, integrante do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos – SINGREH, criado pela [Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997](#), com as alterações dadas pelas Leis nºs 9.984/2000, 12.334/2010 e 9.666/2019, atualmente regulamentado pelo [Decreto nº 10.000, de 03 de setembro de 2019](#). O colegiado é composto por Ministérios com atuação no gerenciamento ou no uso das águas, bem como por representantes dos Conselhos Estaduais e Distrital de Recursos Hídricos, representantes dos setores usuários e da sociedade civil, e presidido pelo titular desta Pasta.

3. De acordo com a Nota Informativa 11 (3224528), da Secretaria Nacional de Segurança Hídrica (SNSH), a alteração proposta advém do pleito do Conselho Federal dos Técnicos Agrícolas (CFTA), autarquia criada pela [Lei Federal nº 13.639, de 26 de março de 2018](#), que, por meio do Ofício Nº CFTA nº 059/2021 (3217857), informa que desde o dia 18 de fevereiro do ano de 2020 os profissionais técnicos agrícolas migraram da estrutura fiscalizatória dos Conselhos Federal e Regionais de Engenharia e Agronomia (CONFEA/CREAs) para o Conselho Federal dos Técnicos Agrícola.

4. Contudo, o parágrafo único do art. 16 da mencionada [Resolução CNRH nº 16, de 2001](#), faz referência ao Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (CREA) como conselho profissional ao qual o Técnico Agrícola deve estar registrado para poder exercer as suas atividades, conforme abaixo transcrito:

“Art. 16. O requerimento de outorga, de uso de recursos hídricos será formulado por escrito, à autoridade competente e instruído com, no mínimo, as seguintes informações:

(...)

Parágrafo único. Os estudos e projetos hidráulicos, geológicos, hidrológicos e hidrogeológicos, correspondentes às atividades necessárias ao uso dos recursos hídricos, deverão ser executados sob a responsabilidade de profissional devidamente habilitado junto ao **Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia - CREA**”. (grifo nosso)

Diante disso, o CFTA solicitou a urgente atualização da redação dada ao dispositivo referenciado, para que passe a referir genericamente a expressão “conselho de fiscalização profissional competente” ou faça referência, também, ao Conselho Federal dos Técnicos Agrícolas (CFTA), sendo certo que qualquer uma das opções solucionará conflito que vem ocorrendo, **de indeferimento pelos órgãos gestores estaduais de recursos hídricos relativamente aos projetos para uso de recursos hídricos que apresentem técnicos agrícolas como seus responsáveis**.

5. Diante disso, o CFTA solicitou a urgente atualização da redação dada ao dispositivo referenciado, para que passe a conter genericamente a expressão “conselho de fiscalização profissional competente” ou faça referência, também, ao Conselho Federal dos Técnicos Agrícolas (CFTA), sendo certo que qualquer uma das opções solucionará o problema apresentado por aquele Conselho, especificamente em relação ao indeferimento, pelos órgãos gestores estaduais de recursos hídricos, aos projetos de outorga de recursos hídricos que apresentem técnicos agrícolas como seus responsáveis técnicos.

6. Face à necessidade imediata do ajuste e, considerando que a próxima reunião da Câmara Técnica de Outorga e Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos (CTOC/CNRH) está prevista para agosto do ano corrente, a SNSH emitiu a Nota Técnica nº 22/2021/CGRH/DRHB/SNSH-MDR (3231139), apresentando como alternativa mais célere a edição de Resolução *ad referendum* do CNRH, em consonância com as competências que são conferidas ao Presidente do CNRH no § 5º do art. 6º do [Decreto nº 10.000, de 3 de setembro de 2019](#), e na forma da [Resolução CNRH nº 215, de 30 de junho de 2020](#), que aprova o seu Regimento Interno.

7. Em suma, a alteração proposta pela Resolução Conselho 225 (3232065) é a seguinte:

Redação atual	Redação proposta
---------------	------------------

Art. 16. O requerimento de outorga de uso de recursos hídricos será formulado por escrito, à autoridade competente e instruído com, no mínimo, as seguintes informações:

(...)

Parágrafo único. Os estudos e projetos hidráulicos, geológicos, hidrológicos e hidrogeológicos, correspondentes às atividades necessárias ao uso dos recursos hídricos, deverão ser executados sob a responsabilidade de profissional devidamente **habilitado junto ao Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia - CREA.**

Art. 16. (...)

(...)

Parágrafo único. Os estudos e projetos hidráulicos, geológicos, hidrológicos e hidrogeológicos, correspondentes às atividades necessárias ao uso dos recursos hídricos, deverão ser executados sob a responsabilidade de profissional devidamente **habilitado junto ao conselho de fiscalização profissional competente.**

8. Após análise à proposta em comento, a Consultoria Jurídica emitiu o Parecer - Jurídico n. 00348/2021/CONJUR-MDR/CGU/AGU (3259807), opinando pela viabilidade jurídica da minuta de Resolução proposta, desde que prévia e adequadamente atendidas as recomendações constantes dos itens 13, 15 e 16 daquele Parecer, as quais **foram integralmente acatadas, conforme dispõe o Despacho CGRH (3262172).**

9. Ante o exposto, considerando a regular instrução processual, bem como a manifestação favorável da Consultoria Jurídica do Ministério do Desenvolvimento Regional, e sobretudo pela mencionada necessidade de por fim ao indeferimento, pelos órgãos gestores estaduais de recursos hídricos, aos projetos de outorga de recursos hídricos que apresentem técnicos agrícolas como seus responsáveis técnicos, **opinamos pelo prosseguimento do feito e remessa dos autos à deliberação final do Ministro de Estado desta Pasta.**

FLÁVIA SOUZA RAMOS

Assessora

[assinatura eletrônica]

HELDER MELILLO LOPES CUNHA

Secretário-Executivo Adjunto



Documento assinado eletronicamente por **Helder Melillo Lopes Cunha Silva, Secretário Executivo Adjunto**, em 22/07/2021, às 17:07, com fundamento no art. 4º, § 3º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Flávia Souza Ramos, Assessora**, em 22/07/2021, às 17:13, com fundamento no art. 4º, § 3º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.mi.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **3268880** e o código CRC **504DD0AF**.

Ministério da Defesa

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA GM-MD Nº 3.079, DE 23 DE JULHO DE 2021

Revoga a Portaria nº 1.282/MD, de 25 de setembro de 2009.

O MINISTRO DE ESTADO DA DEFESA, no uso das atribuições que lhe confere o inciso I do parágrafo único do art. 87 da Constituição, observado o disposto no inciso II do art. 8º do Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019, e considerando o que consta do Processo Administrativo nº 60041.000755/2021-92, resolve:

Art. 1º Fica revogada a Portaria nº 1.282/MD, de 25 de setembro de 2009, publicada no Diário Oficial da União nº 186, Seção 1, páginas 29 e 30, de 29 de setembro de 2009.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor em 2 de agosto de 2021.

WALTER SOUZA BRAGA NETTO

ESTADO-MAIOR CONJUNTO DAS FORÇAS ARMADAS

PORTARIA EMCFA-MD Nº 3.061, DE 22 DE JULHO DE 2021

O CHEFE DO ESTADO-MAIOR CONJUNTO DAS FORÇAS ARMADAS, conforme o disposto no art. 6º no inciso II do Regulamento da Medalha Mérito Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas, aprovado pela Portaria Normativa nº 65/GM-MD, de 16 de julho de 2020, e o Processo nº 60080.000194/2021-65, resolve:

Conceder a Medalha Mérito Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas ao Tenente-Brigadeiro do Ar LUIS ROBERTO DO CARMO LOURENÇO.

Gen Ex LAERTE DE SOUZA SANTOS

COMANDO DA MARINHA

DIRETORIA-GERAL DO MATERIAL

DIRETORIA INDUSTRIAL DA MARINHA

ARSENAL DE MARINHA DO RIO DE JANEIRO

RETIFICAÇÃO

Na PORTARIA, Nº 184A/AMRJ, de 6 de julho de 2021 publicada no DOU nº 130, página 16, de 13/07/2021, seção 1, segunda coluna. Onde se lê: PL nº 7-0041/2016; Leia-se: PL nº 7-0041/2020-6.

Ministério do Desenvolvimento Regional

CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS

RESOLUÇÃO Nº 225, DE 23 DE JULHO DE 2021

Altera o parágrafo único do art. 16 da Resolução CNRH n. 16, de 8 de maio 2001.

O PRESIDENTE DO CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS (CNRH), no uso das competências que lhe são conferidas pelo Decreto n. 10.000, de 3 de setembro de 2019, em especial o disposto no § 5º do art. 6º, e na forma do seu Regimento Interno, considerando o disposto na Lei n. 9.433, de 8 de janeiro de 1997, Lei n. 9.984, de 17 de julho de 2000, Resolução CNRH n. 16, de 8 de maio de 2001 e Ofício n. CFTA n. 059/2021 do Conselho Federal de Técnicos Agrícolas (CFTA), Processo SEI n. 59000.011944/2021-98, resolve, ad referendum do CNRH:

Art. 1º Alterar o parágrafo único do artigo 16 da Resolução CNRH n. 16, de 8 de maio de 2001, o qual passa a vigorar com a seguinte redação:

"Parágrafo único. Os estudos e projetos hidráulicos, geológicos, hidrológicos e hidrogeológicos, correspondentes às atividades necessárias ao uso dos recursos hídricos, deverão ser executados sob a responsabilidade de profissional devidamente habilitado junto ao conselho de fiscalização profissional competente".

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ROGÉRIO MARINHO

SECRETARIA NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL

PORTARIA Nº 1.520, DE 23 DE JULHO DE 2021

Autoriza o empenho e a transferência de recursos ao Município de Careiro - AM, para execução de ações de Defesa Civil.

A UNIÃO, por intermédio do MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, neste ato representado pelo SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, nomeado pela Portaria n. 830, de 25 de janeiro de 2019, publicada no DOU, de 25 de janeiro de 2019, Seção II, Edição Extra A, consoante delegação de competência conferida pela Portaria n. 730, de 25 de março de 2020, publicada no DOU, de 26 de março de 2020, Seção 1, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.340, de 01 de dezembro de 2010, na Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto nº 7.257, de 04 de agosto de 2010, resolve:

Art. 1º Autorizar o empenho e o repasse de recursos ao Município de Careiro - AM, no valor de R\$ 1.189.239,73 (um milhão, cento e oitenta e nove mil duzentos e trinta e nove reais e setenta e três centavos), para a execução de ações de resposta, conforme processo n. 59052.006737/2021-14.

Art. 2º Os recursos financeiros serão empenhados a título de Transferência Obrigatória, conforme legislação vigente, observando a classificação orçamentária: PT: 06.182.2218.22BO.6500; Natureza de Despesa: 3.3.40.41; Fonte: 0329; UG: 530012.

Art. 3º Considerando a natureza e o volume de ações a serem implementadas, o prazo de execução será de 180 dias, a partir da publicação desta portaria no Diário Oficial da União (DOU).

Art. 4º A utilização, pelo ente beneficiário, dos recursos transferidos está vinculada exclusivamente à execução das ações especificadas no art. 1º desta Portaria.

Art. 5º O proponente deverá apresentar prestação de contas final no prazo de 30 dias a partir do término da vigência, nos termos do art. 14 do Decreto n. 7.257, de 4 de agosto de 2010.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE LUCAS ALVES

PORTARIA Nº 1.524, DE 23 DE JULHO DE 2021

A UNIÃO, por intermédio do MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, neste ato representado pelo SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, nomeado pela Portaria n. 830, de 25 de janeiro de 2019, publicada no DOU, de 25 de janeiro de 2019, Seção II, Edição Extra A, consoante delegação de competência conferida pela Portaria n. 730, de 25 de março de 2020, publicada no DOU, de 26 de março de 2020, Seção 1, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.340, de 01 de dezembro de 2010, na Lei

nº 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto nº 7.257, de 04 de agosto de 2010, resolve:

Art. 1º Prorrogar o prazo de execução das ações de recuperação, previsto no art. 5º da Portaria n. 1.524, de 27 de junho de 2019, que autorizou a transferência de recursos ao Município de União da Serra - RS, para ações de Defesa Civil, para até 23/09/2021.

Art. 2º Ficam ratificados os demais dispositivos da Portaria acima citada, não alterados por esta.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

ALEXANDRE LUCAS ALVES

PORTARIA Nº 1.531, DE 23 DE JULHO DE 2021

A UNIÃO, por intermédio do MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, neste ato representado pelo SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, nomeado pela Portaria n. 830, de 25 de janeiro de 2019, publicada no DOU, de 25 de janeiro de 2019, Seção II, Edição Extra A, consoante delegação de competência conferida pela Portaria n. 730, de 25 de março de 2020, publicada no DOU, de 26 de março de 2020, Seção 1, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.340, de 01 de dezembro de 2010, na Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto nº 7.257, de 04 de agosto de 2010, resolve:

Art. 1º Prorrogar o prazo de execução das ações de resposta, previsto no art. 3º da Portaria n. 2948, de 23 de novembro de 2020, que autorizou o empenho e a transferência de recursos ao município de Itabuna - BA, para ações de Defesa Civil, para até 23/08/2021.

Art. 2º Ficam ratificados os demais dispositivos da Portaria acima citada, não alterados por esta.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

ALEXANDRE LUCAS ALVES

AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO BÁSICO

ÁREA DE REGULAÇÃO

SUPERINTENDÊNCIA DE REGULAÇÃO DE USOS DE RECURSOS HÍDRICOS

ATOS DE 21 DE JULHO DE 2021

O SUPERINTENDENTE ADJUNTO DE REGULAÇÃO DE USOS DE RECURSOS HÍDRICOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO BÁSICO - ANA, no exercício da competência delegada pelo art. 3º, inciso I, da Resolução ANA nº 26, de 8/5/2020, torna público que o DIRETOR OSCAR CORDEIRO NETTO, nos termos do art. 12, inciso V, da Lei nº 9.984, de 17/07/2000, com fundamento na Resolução ANA nº 1.938, de 30/10/2017, resolveu emitir as outorgas de direito de uso de recursos hídricos a:

Nº 1.304 - Genivaldo Franco Parreira, UHE São Simão, Município de Gouvelândia/GO, aquicultura.

Nº 1.305 - OLIMPIO DE MOURA DAYRELL, UHE Três Marias, Município Morada Nova de Minas/MG, aquicultura.

Nº 1.306 - MESSIAS RIBEIRO LUCENA, UHE Luiz Gonzaga, Município de Belém do São Francisco/PE, aquicultura.

Nº 1.307 - ROQUE RIBEIRO DA SILVA, UHE Luiz Gonzaga, Município de Belém do São Francisco/PE, aquicultura.

Nº 1.308 - ROMILDO RIBEIRO LUCENA, UHE Luiz Gonzaga, Município de Belém do São Francisco/PE, aquicultura.

Nº 1.309 - PAULO FRANCISCO DAMASIO, UHE Paulo Afonso IV/UHE Apolônio Sales, Município de Paulo Afonso/BA, aquicultura.

Nº 1.310 - JOSE MAGALHAES, rio São Francisco, Município de Xique-Xique/BA, aquicultura, alteração.

Nº 1.311 - FERNANDO DE GODOY GUIMARAES, rio Muriaé, Município Itaperuna/RJ, aquicultura.

Nº 1.312 - AMILCAR MAGELA ALVES, rio São Francisco, Município de São Romão/MG, aquicultura.

Nº 1.313 - NELTON GONCALVES DE SOUZA, rio Muriaé, Município de Itaperuna/RJ, aquicultura.

Nº 1.314 - MARTINHO CARLOS COLPANI FILHO, rio Canoas, Município de Mococa/SP, aquicultura.

Nº 1.315 - MISAEL LIMA DOS SANTOS, UHE Luiz Gonzaga, Município de Belém do São Francisco/PE, aquicultura.

Nº 1.316 - MATHEUS BENVENUTI SILVA DE BARROS, Açude Palmeira dos Índios, Município Igaci/AL, aquicultura.

Nº 1.317 - MATHEUS BENVENUTI SILVA DE BARROS, Açude Palmeira dos Índios, Município Igaci/AL, aquicultura.

O inteiro teor das Outorgas, bem como as demais informações pertinentes está disponível no site www.gov.br/ana.

ANDRÉ PANTE

ATOS DE 23 DE JULHO DE 2021

O SUPERINTENDENTE ADJUNTO DE REGULAÇÃO DE USOS DE RECURSOS HÍDRICOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO BÁSICO - ANA, torna público que, no exercício da competência delegada pelo art. 3º, inciso I, da Resolução ANA nº 26, de 8/5/2020, nos termos do art. 12, V, da Lei nº 9.984, de 17/06/2000, com fundamento nas Resoluções ANA nº 1.938 de 30/10/2017, resolveu indeferir os pedidos de outorga de direito de uso de recursos hídricos de:

Nº 1.318 - TEOFILO BRAZ TARANTO GOULART, UHE Furnas, Município de Capitólio/MG, outras.

Nº 1.319 - SUZANA VASCONCELOS DA LUZ ALENCAR, UHE Luis Eduardo Magalhães, Município de Lajeado/TO, serviços.

Nº 1.320 - HELIO BANDEIRA BARROS, rio Javaés, Município de Lagoa da Confusão/TO, criação animal.

Nº 1.321 - ENGENHARIA DE MATERIAIS LTDA, rio Ipanema, Município de Santana do Ipanema/AL, outras.

Nº 1.322 - PAULO HENRIQUE DE FARIA, MARILIA DE FATIMA FARIA, FLAVIA FARIA DE QUEIROZ e REINAR INVESTIMENTOS & NEGOCIOS LTDA, rio São Francisco, Município de Lagoa dos Patos/MG, irrigação.

Nº 1.323 - KLEUBER CARNEIRO JAQUES, rio São Francisco, Município de Ponto Chique/MG, aquicultura.

Nº 1.324 - SERGIO PEREIRA DA SILVA, rio Amazonas, Município de Monte Alegre/PA, aquicultura.

Nº 1.325 - LUCAS DONISETTE JORDAO, rio Moji-Guaçu, Município de Mogi-Guaçu/SP, aquicultura.

O inteiro teor dos Indeferimentos, bem como as demais informações pertinentes está disponível no site www.gov.br/ana.

ANDRÉ PANTE

